ISBN: 0000-0000

INCLUSÃO DE PESSOAS AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

INCLUSION OF THE PERSON WITH AUTISM IN THE UNIVERSITY

Shirley de Lima Ferreira Arantes[1]

Resumo: Trata-se de revisão narrativa acerca da inclusão de pessoas autistas no ensino superior no Brasil, com ênfase nas ações e medidas individuais e coletivas tomadas dos relatos de casos de inclusão deste público-alvo no ensino superior, bem como nas percepções dos professores e alunos autistas sobre estes processos. Destacam-se os impactos das políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, como a composição de núcleos de acessibilidade nas IES. No plano das percepções, evidenciam-se a persistência de desinformação e desconhecimento por parte da maioria dos professores sobre o autismo, as dificuldades de interação das pessoas com autismo com professores e colegas, e, por conseguinte, tensões e ambiguidades presentes nas vivências das pessoas com autismo no ensino superior. Conclui-se pela urgente demanda de consolidação de uma cultura inclusiva das pessoas com deficiência nas IES no Brasil, favorável à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes com autismo, que envolva toda a comunidade acadêmica, e seja transversal à gestão, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à formação inicial e continuada de professores.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Ensino Superior.

Abstract: This is a narrative review of the inclusion of autistic people in higher education in Brazil, with an emphasis on individual and collective actions and measures taken based on case reports of inclusion of this target audience in higher education, as well as on the perceptions of autistic teachers and students about these processes. The impacts of policies for the inclusion of people with disabilities in higher education, such as the creation of accessibility centers in HEIs, are highlighted. In terms of perceptions, the persistence of misinformation and lack of knowledge on the part of most teachers about autism, the difficulties of people with autism in interacting with teachers and colleagues, and, consequently, tensions and ambiguities present in the experiences of people with autism in higher education are evident. The conclusion is that there is an urgent need to consolidate an inclusive culture of people with disabilities in HEIs in Brazil, favorable to the retention and academic success of students with autism, involving the entire academic community, and transversal to management, teaching, research, extension, and initial and continuing teacher training.

Keywords: Autism; Inclusion; Higher education.

1 Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM–5 (American Psychiatric Association [APA], 2014, p. 53) com base nas seguintes características: “prejuízo persistente na comunicação

[1] Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS – UFRJ. UEMG, Ibirité, Minas Gerais, Brasil. E-mail: shirley.ferreira@uemg.br.

ISBN: 0000-0000

social recíproca e na interação social"; "padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades"; sintomas que "estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário". Presentes em diferentes graus de severidade ao longo do espectro, estas características demandam da provisão de diferentes níveis de apoio: Nível 1 "Exigindo apoio"; Nível 2 "Exigindo apoio substancial" e Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial" (APA, 2014, p. 52).

A Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana (Brasil, 2012), determina que a pessoa com autismo é considerada Pessoa com Deficiência (PcD) para todos os efeitos legais.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) estabelece no Capítulo IV – Do Direito à Educação, o direito de aprender por toda vida. Conforme o Estatuto o nível superior de ensino deve assegurar à pessoa com deficiência sistema educacional inclusivo e igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas. Devem ser adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) medidas individuais e coletivas que auxiliem às pessoas com deficiência, em sua singularidade, a superar barreiras, assegurando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. As IES devem garantir a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, como o atendimento educacional especializado, a oferta de profissional de apoio escolar, a realização de adaptações razoáveis para garantir o acesso pleno ao currículo e a autonomia ao estudante, entre outros direitos especificados na legislação.

Mediante o aumento constante de matrículas de estudantes autistas no ensino regular na Educação Básica, "mais evidente após 2012" (Santos; Elias, 2018, p. 465), embora se constate decréscimo do número de matrículas de pessoas com autismo nas etapas finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o que sinaliza grande índice de evasão escolar que está associado à falta de apoio: "Logo, inferiu-se que a Lei Nº 12.764/2012 teve impacto no acesso à escola comum para os alunos com TEA, mas esse acesso não foi suficiente para garantir sua permanência" (Santos; Elias, 2018, p. 478); o número de estudantes autistas no Ensino Superior no Brasil deve aumentar nos próximos anos (Camaliante; Kondo; Rocha, 2021).

ISBN: 0000-0000

De Melo, Constant e Ferreira (2023, p. 112) corroboram com a importância dos dispositivos legais para o aumento de matrículas de pessoas autistas no ensino superior, sinalizando, contudo, que "o acesso desses discentes ainda é incipiente". Segundo as autoras, é crescente a "preocupação das universidades com a acessibilidade e inclusão desses indivíduos no ensino superior" (De Melo; Constant; Ferreira (2023, p. 113), posto que "o *acesso para todos*, inclusive da PcD, exige a superação da noção de inclusão funcional" (De Melo; Constant; Ferreira, 2023, p. 113, grifo original do autor).

Silva *et al.* (2020) mapearam o perfil sociodemográfico dos estudantes autistas matriculados no ensino superior em 2016 a partir dos microdados do INEP, constatando fragilidade dos dados oficiais disponíveis. O estudo demonstra que esses estudantes, que acessam mais tardiamente o ensino superior, com idade média de 27,6 anos, são predominantemente brancos, do sexo masculino, residentes nesta ordem no Nordeste e no Sudeste, correspondiam a 0,005% do total de estudantes matriculados na etapa em 2016. Para os autores, o mapeamento do perfil dos estudantes com autismo que acessam o ensino superior pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas que visem beneficiá-los.

De Melo, Constant e Ferreira (2023, p. 114) recorrem ao Censo da Educação Superior 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstrando que "dos 63.404 registros de matrículas de PcD, somente 4.018 correspondiam ao diagnóstico de TGD, quadro que incluía o autismo".

As trajetórias de escolarização de pessoas autistas no ensino superior têm sido marcadas pelo abandono e evasão (Aguilar; Rauli, 2020; Camaliante, Kondo e Rocha (2021), com impactos sobre a empregabilidade e a independência financeira (Aguilar; Rauli, 2020).

Nesta direção, a literatura especializada indicia a precariedade das condições de acesso das pessoas autistas ao ensino superior em termos de garantias de suporte pedagógico e outras iniciativas educacionais inclusivas, e a falta de preparo dos professores universitários para a formação em nível de graduação de pessoas autistas (Aguilar; Rauli, 2020; Camaliante; Kondo; Rocha, 2021; De Melo; Constant; Ferreira, 2023; Ferreira-Donati; Capellini, 2018): "professores que enfrentam, atualmente, o desafio de transformar seu exercício docente, sem terem recebido instrução ou formação para tal" (Ferreira-Donati; Capellini, 2018, p. 1468).

ISBN: 0000-0000

Diversos autores constataram escassez de estudos sobre a inclusão de pessoas autistas no Ensino Superior no Brasil (Aguilar; Rauli, 2020; Camaliante; Kondo; Rocha, 2021; De Melo; Constant; Ferreira, 2023; Ferreira-Donati; Capellini, 2018).

Desse modo, passaremos a descrever e a discutir na presente revisão narrativa (Rother, 2007), aspectos relevantes destacados por artigos científicos da área da educação, realizados no Brasil, em português, que focalizam essa temática.

2 Aspectos abordados na literatura

Silva *et al*. (2020, p. 7) sinalizam a importância da interseccionalidade de marcadores sociais com a deficiência no ensino superior, que "provocam uma experiência única para a pessoa que vive numa sociedade discriminatória e opressiva". Os autores salientam que: "Esse cruzamento de diversos marcadores sociais da diferença com a deficiência, que coloca a pessoa em desvantagem social, impacta também no âmbito educacional, na construção das subjetividades" (Silva, *et al*., 2020, p. 7). Camaliante, Kondo e Rocha (2021, p. 20) sinalizam que "É fundamental o aprofundamento das investigações, considerando-se as características individuais dos estudantes, como, por exemplo, o sexo, a idade, as condições socioeconômicas, entre outras".

Com relação a construção das subjetividades e experiência educacional no ensino superior de pessoas autistas, Aguilar e Rauli (2020) discutem a invisibilidade de pessoas autistas no ensino superior, por meio da perspectiva dos estudantes autistas. Entre os participantes da pesquisa, cinco do sexo masculino e dois do sexo feminino, três informaram o diagnóstico à instituição de ensino superior e quatro não informaram. As autoras tensionam dificuldades relativas à comunidade acadêmica: estigmas; desconhecimento do autismo; dificuldades em realizar adaptações didático-pedagógicas "apesar da existência de núcleos com essa finalidade" (p. 1); dificuldades em prover, ao mesmo tempo, intervenções específicas demandadas individualmente pelos estudantes autistas e medidas universais de promoção da equidade. Também são abordadas as dificuldades relativas ao autismo, como a sobrecarga sensorial e emocional. Para as autoras, as vivências das pessoas autistas no ensino superior são múltiplas. Em relação às

ISBN: 0000-0000

necessidades educacionais específicas algumas: "passam despercebidas durante sua vida acadêmica. Outros, alvo de *bullying*, desejam a invisibilidade" (p. 3).

O trabalho de revisão de Camaliante, Kondo e Rocha (2021) identifica, como fatores relevantes da inclusão de pessoas com autismo no Ensino Superior no Brasil os seguintes aspectos desfavoráveis: "escassez de evidências científicas que abordem práticas capazes de favorecer a inclusão de estudantes universitários com TEA" (p. 17); oferta diferencial de serviços de apoio entre IES públicas e privadas, bem como federais e estaduais, com menor oferta (ou ausência de oferta) pelas estaduais e privadas; descontinuidade de ações de suporte; práticas pedagógicas desencadeadoras de ansiedade; exclusão das pessoas com autismo das atividades em grupo; *bullying* e sofrimento acadêmico.

Com relação aos aspectos favoráveis à permanência destacam-se: inserção de profissionais de apoio e tutoria por pares; perspectiva colaborativa, interdisciplinar e formativa da comunidade acadêmica; formação continuada de professores; acompanhamento de longo prazo por núcleos de acessibilidade e encaminhamento para outros serviços quando necessário; políticas institucionais das IES que favoreçam acessibilidade; redes de suporte que sustentem adequações razoáveis; autoreflexão docente; comunicação direta entre professor regente-estudante; planejamento didático; estratégias constantes de sondagem da aprendizagem do estudante; consideração das particularidades individuais e necessidades específicas de aprendizagem; ajustes nas estratégias de avaliação; diversificação das estratégias e dos recursos didáticos; trabalhos em grupo (Camaliante, Kondo e Rocha (2021).

Ferreira-Donati e Capellini (2018, p. 1464) apresentam um estudo de caso sobre a formação de estudante com autismo no ensino superior, por meio de consultoria colaborativa em que atuaram como parceiros o estudante, seus pais e seus professores. A partir da entrevista com os pais e o estudante e das sessões de avaliação com o estudante as autoras evidenciam a presença de características como: "inflexibilidade, perfeccionismo, rigidez cognitiva e dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos", bem como:

> [...] dificuldade com raciocínio e orientação espacial, linguagem prolixa e rebuscada, preocupação excessiva com a forma da linguagem, uso restrito de comportamentos comunicativos não verbais, hiperfoco em interesses restritos (ex.: bicicleta), comportamentos obsessivos, inflexibilidade cognitiva, dificuldade de planejamento e resolução de problemas, déficit significativo em

ISBN: 0000-0000

> habilidades sociais e dificuldade de iniciar e manter interações e relacionamentos (Ferreira-Donati; Capellini, 2018, p. 1464-1465).

Todavia, no cotidiano da graduação, essas características foram lidas da seguinte forma por alguns professores:

> Os relatos indicaram dificuldades do estudante para atender as demandas do curso e comportamentos que nomearam como antiéticos, arrogantes e agressivos, no que concerne ao relacionamento interpessoal com os professores. Quanto à percepção referente à capacidade de aprendizagem, um dos professores de disciplinas aplicadas informou que o jovem apresentou desempenho superior à média em suas matérias. Alguns relatos indicaram dificuldades de organização do estudante, instabilidade de humor, dedicação a atividades extras à faculdade, que talvez tenham prejudicado o desempenho do estudante e alta ocorrência de faltas, sem justificativas (Ferreira-Donati; Capellini, 2018, p. 1465).

Desse modo, a partir do relato de Ferreira-Donati e Capellini (2018) evidencia-se a persistência de estereótipos e preconceitos de alguns professores que não reconhecem a graduação como um lugar de direito da pessoa com autismo. Além disso, o seu desconhecimento das especificidades do autismo e a responsabilização individual do estudante por seu desempenho, nos parece contribuir para a ocorrência de faltas injustificadas. No mesmo contexto, observa-se a capacidade de professor em perceber o desempenho acima da média do estudante autista.

De Melo, Constant e Ferreira (2023), realizaram revisão de literatura focada no processo de acesso e permanência das pessoas com autismo no ensino superior. Destacam diversos aspectos importantes, como, por exemplo a importância de: consideração das características específicas da pessoa com autismo; existência de núcleos de acessibilidade; o trabalho articulado entre núcleos, coordenadores de curso, professores e departamentos e demais instâncias acadêmicas; a disponibilidade de monitores com atuação assemelhada aos profissionais de apoio escolar; a participação das famílias; posição docente de abertura para o outro, que envolva uma perspectiva de ensino humanizada e humanizante; revisão das formas de ensinar e aprender; adequação das práticas das IES para atenderem às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Santos *et al*. (2020, p. 51) sugerem “uma possível invisibilidade de pessoas com autismo na universidade, apesar de existirem programas e legislações que facilitem a inclusão desses alunos no meio acadêmico”. A universidade objeto de estudo dos autores não dispõe de nenhum programa específico para autismo.

ISBN: 0000-0000

3 Considerações finais

Ao longo deste ensaio, considerando a complexidade da temática, destacou-se, de acordo com a literatura especializada, que as estruturas de apoio pedagógico, estruturantes de trajetórias potencialmente caracterizadas pela permanência e pelo sucesso acadêmico de pessoas com autismo no ensino superior estão também condicionadas à existência das políticas de Estado existentes no Brasil em sua capacidade de mobilizar e movimentar iniciativas afirmativas endógenas às IES, desde os processos seletivos.

Portanto, há necessidade de articulação de programas e linhas de fomento específicas, que se traduzam em práticas institucionais que venham a corroborar com uma cultura institucional inclusiva e transversal a todos os campos de ação da IES, sensível à formação cidadã de sua comunidade, à formação inicial e continuada de professores em perspectiva inclusiva, às singularidades de cada pessoa com autismo.

Deve-se ainda considerar o envolvimento dos pais. Cristova e Pieczkowski (2025, p. 103) destacam a importância desse aspecto em programas de atendimento às pessoas com deficiência: “As mães foram receptivas aos nossos contatos e relataram que raramente são ouvidas em suas inquietudes, anseios, expectativas em relação a esse filho”.

Em detrimento de serviços educacionais segregados (Borges; Fernandes-Sobrinho, 2018), é preciso que a universidade possa outorgar aos jovens “que convivem com algum tipo de exclusão e estão em busca de sua centralidade no processo democrático de direito” (Oliveira; Rodrigues; Almeida, 2023, p. 15) oportunidades educacionais genuinamente inclusivas.

Há também a necessidade de políticas institucionais permanentes que envolvam a extensão, a pesquisa e a produção de conhecimento científico sobre as iniciativas de inclusão. Nessa direção, a escassez de trabalhos com foco na inclusão de pessoas com autismo no ensino superior é uma lacuna a ser preenchida por estudos futuros.

Não obstante, a dinâmica desse reconhecimento institucional da necessidade de ações e medidas mais diversas e úteis ao acolhimento das diferenças, substrato da inclusão, pressupõe a emergência de práticas instituintes, interseccionais, sustentadas por

ISBN: 0000-0000

uma política de autocrítica institucional, tão necessária na atualidade, para combater a desinformação, as notícias falsas, os estereótipos e os preconceitos sociais e a exclusão.

É urgente colocar em marcha, no contexto mais amplo e na micropolítica de cada IES, a prerrogativa de que a universidade no Brasil é *para todos*. Assegurar que as características específicas do autismo serão consideradas em seus percursos formativos na graduação – "*Nada sobre Nós sem Nós*"; transformando, assim, o cenário de invisibilidade.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA]. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. 1-26. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X44082. Acesso em 30 jan. 2025.

BORGES, R. L.; FERNANDES-SOBRINHO, M. Análise da atuação de um profissional da sala de atendimento multifuncional na perspectiva da teoria da aprendizagem significativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 426-447, dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.12.239 Acesso em 01 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 09 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 6 jul. 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 09 fev. 2025.

CAMALIONTE, D. O.; KONDO, L.; ROCHA, A. N. D. C. Estudantes do ensino superior com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, 2021, p. 1-24. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X64322 Acesso em 09 fev. 2025.

CRISTOVA, A. D.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Expectativas padronizadas de desenvolvimento infantil: efeitos nas famílias de crianças com deficiência. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v.13, n. 33, p. 94–114, jan./abr. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.33361/RPQ.2025.v.13.n.33.835 Acesso em 01 fev. 2025.

ISBN: 0000-0000

DE MELO, S. C.; CONSTANT, E.; FERREIRA, A. T. Acesso e Permanência de pessoas com autismo no ensino superior. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 112-128, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.12957/teias.2023.74128 Acesso em 09 fev. 2025.

FERREIRA-DONATI, G. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1459- 1470, set. 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11655 Acesso em 09 fev. 2025.

OLIVEIRA, P. C. S. de; RODRIGUES, D. de J. da S.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de Almeida. Questões dos/as jovens com deficiência: entrecruzamentos com o Estatuto da Juventude. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280121, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280121 Acesso em 02 fev. 2025.

ROTHER, E.T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, n. 20, v. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001 Acesso em 09 fev. 2025.

SANTOS, V.; ELIAS, N. C. Caracterização das Matrículas dos Alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por Regiões Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. 4, p. 465-482, out.-dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000500001 Acesso em: 09 fev. 2025.

SANTOS, W. F. dos; SANTANA, V. S.; DIAS, L. de S. S.; TEIXEIRA, C. M. D.; PONDÉ, M. P. A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, v. 9, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2020. https://doi.org/10.9771/re.v9i3.33786 Acesso em 01 fev. 2025.

SILVA, S. C. da; SCHNEIDER, D. R.; KASZUBOWSKI, E.; NUERNBERG, A. H. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, e217618, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618. Acesso em 30 jan. 2025.